

A GESTÃO DO PROGRAMA ESCOLA ATIVA NO ESTADO DO TOCANTINS

por

Vivian Dias Diniz

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de

Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Dra. Marta Roseli de Azevedo Barichello

Palmas, To, Brasil

2010

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
2. O PROGRAMA ESCOLA ATIVA	08
2.1 A história do Programa Escola Ativa	08
2.2 As políticas públicas direcionadas ao Programa Escola Ativa	11
2.3 A formação continuada para professores das escolas de campo	14
2.4 Contribuições do Programa Escola Ativa para as escolas de campo com classes multisseriadas.....	17
3. A GESTÃO DO PROGRAMA ESCOLA ATIVA NO ESTADO DO TOCANTINS ...	19
3.1 Diagnóstico das escolas de campo com classes multisseriadas no Estado do Tocantins.....	21
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
5. CONCLUSÃO.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30
ANEXOS	31

1. INTRODUÇÃO

A maioria das escolas públicas localizadas no campo possui apenas um professor e os alunos têm idades variadas e níveis diferentes de escolaridade. As classes com essas características são chamadas de multisseriadas.

Os educadores, em grande parte, que trabalham nas escolas que possuem classes multisseriadas não possuem formação adequada para atender as necessidades escolares e buscar melhorar a qualidade de ensino e aprendizagem dos alunos, que geralmente compõem do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

As escolas de campo possuem apenas um professor, com isso favorece os altos índices de fracasso escolar, e as escolas de campo despreparadas e dotadas de poucos recursos, apontam a necessidade de se buscar resolver os problemas educacionais existentes, entre eles: altos índices de evasão, reprovação e distorção idade/série e infra-estrutura inadequada.

As escolas com classes multisseriadas correspondem a mais da metade das escolas do campo. Elas apresentam limitações em infraestrutura e no que diz respeito à formação específica dos educadores para atuar com esta forma de organização escolar.

Diante dessa necessidade exposta pelas escolas de campo o Ministério da Educação elaborou e implantou o Programa Escola Ativa (PEA), em 1997, voltado para as classes multisseriadas, que visa adequá-las para construir um projeto de desenvolvimento pedagógico que garanta a igualdade de direitos, a justiça social entre os sujeitos do campo, bem como a busca pela melhoria da educação.

Porém, novas perspectivas surgiram para as classes multisseriadas a partir da criação do Programa Escola Ativa. Diante dessa problemática, o trabalho busca apresentar desde sua implantação e a gestão do Programa no Estado do Tocantins.

O trabalho tem a metodologia em análise documental e além de apresentar sua implantação e gestão discorre também sobre a história do Programa Escola Ativa, as políticas públicas educacionais desenvolvidas para a educação do campo, traz também um diagnóstico das escolas do campo no Estado, e as contribuições do Programa para melhoria da qualidade da educação.

2. O PROGRAMA ESCOLA ATIVA

2.1 A história do Programa Escola Ativa

De acordo com o “Projeto Base” (BRASIL, 2008) do “Programa Escola Ativa”, as primeiras idéias sobre o Programa Escola Ativa surgiram a partir do modelo da Escola Nova que chegou ao Brasil na década de 1920, influenciando um importante movimento social e político no âmbito da educação. Envolveram-se neste movimento os intelectuais Anísio Teixeira, influenciado pelas idéias de John Dewey, Fernando de Azevedo e Lauro de Oliveira Lima.

Na década de 1970, o escolanovismo orientou a proposta formulada na Colômbia do Programa Escuela Nueva, criado para atender as classes multisseriadas. O programa estava dirigido ao atendimento das regiões com baixa densidade populacional, principalmente as regiões rurais que apresentavam também os problemas de baixa qualidade educacional (Projeto Base, 2008).

Segundo o documento “Diretrizes para Implantação e Implementação da Estratégia Metodológica Escola Ativa” (Brasília, 2005), um grupo de técnicos da Direção-Geral do Projeto Nordeste (Projeto Educação Básica para o Nordeste), projeto do Ministério da Educação, e técnicos dos estados de Minas Gerais e Maranhão foram convidados pelo Banco Mundial a participarem, na Colômbia, de um curso sobre a estratégia “Escuela Nueva-Escuela Activa”, desenhada por um grupo de educadores colombianos que, há mais de 20 anos, atuavam com classes multisseriadas daquele país (Projeto Base, 2008).

Surgiu a partir daí a proposta de implantar essa metodologia que objetivasse auxiliar o trabalho do educador com classes multisseriadas brasileiras. Em agosto de 1996, um seminário ministrado por um representante da Colômbia pela implantação e implementação da estratégia neste país, a Direção-Geral do Projeto Nordeste reuniu em Brasília todos os Secretários de Educação e diretores de ensino dos estados do Nordeste para conhecerem a estratégia e decidirem sobre sua adoção. Após o seminário, os estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Piauí decidiram pela adoção da estratégia e, em outubro de 1996, técnicos destes estados foram capacitados na Colômbia. A partir daí, a estratégia passou a se chamar Escola Ativa.

O Programa Escola Ativa foi implantado no Brasil em 1997, pelo Ministério de Educação (MEC), com o objetivo de minimizar uma deficiência no sistema educacional: a ausência de metodologia adequada para o atendimento de escolas de campo com classes multisseriadas.

No final de 1998, os estados de Sergipe e Alagoas implantaram, também, o programa. Em meados de 1999, o Projeto Nordeste chegou ao seu final, dando lugar a um novo momento, ou seja, o surgimento do Programa FUNDESCOLA (Programa Fundo de Fortalecimento da Escola), o que não acarretou descontinuidade nas ações de implementação da estratégia que já se consolidava nos estados. O Programa Escola Ativa passou a fazer parte das ações do Programa FUNDESCOLA.

Em 2004 foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e a Coordenação Geral de Educação do Campo, resultante da organização e reivindicação dos movimentos sociais, sindicais e educacionais na busca da melhoria das escolas de campo brasileiras.

Em 2007 inicia-se oficialmente o Programa Escola Ativa, com sua transferência do FNDE/FUNDESCOLA para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, ficando sua gestão a cargo da Coordenação-Geral de Educação do Campo, como parte das ações do MEC que constituem a política nacional de Educação do Campo, tornando-se o único programa nacional direcionado as classes multisseriadas.

O processo de implantação do Programa Escola Ativa no Brasil ocorreu em fases. Tais fases representam o processo que a estratégia percorre desde sua implantação ao longo dos últimos anos:

Fase I – Implantação e testagem – momento da preparação, implantação e acompanhamento. Período compreendido entre os anos de 1997 e 1998, em estados da região Nordeste. O Projeto Nordeste planejou ações que incluíram a elaboração de Guias de Aprendizagem, a capacitação de técnicos e professores e a contratação de um supervisor pedagógico por estado, para realizar supervisões nas escolas.

Fase II – Expansão I – momento de ampliar o número de escolas nos estados e nos municípios do Nordeste que solicitaram a expansão. Nesta fase, ocorreu, nas

regiões Norte e Centro-Oeste, a implantação em municípios que compunham a ZAP – Zonas de Atendimento Prioritário – definidas pelo Programa FUNDESCOLA.

Fase III – Consolidação – reconhecimento da efetividade da estratégia pelos estados e municípios. Criação de rede de formadores (multiplicadores) da estratégia, dando aos estados e municípios a oportunidade de participarem das ações de formação e de monitoramento mais eficazmente. Esta fase daria início ao processo de proporcionar mais autonomia aos estados e municípios nas ações de monitoramento e formação dos profissionais de sua rede.

Fase IV – Expansão II – nesta fase houve uma expansão que rompia com os limites das ZAP, oportunidade em que foram incorporados municípios denominados autônomos. A esses municípios restaram as responsabilidades de capacitar seus professores e dotar as escolas de estrutura física e de kit pedagógico.

Ao Programa FUNDESCOLA coube a distribuição dos materiais instrucionais, para a formação de professores, e de Guias de Aprendizagem, para os alunos, necessários para a implantação.

Fase IV – Disseminação e Monitoramento – hoje estruturalmente pertencente às ações educacionais da Coordenação Geral de Fortalecimento Institucional – CGFOR/Diretoria de Programas Especiais/FNDE/MEC, a Escola Ativa conta com responsáveis pela implantação, implementação e monitoramento da estratégia nos âmbitos nacional, estadual e municipal, que compõem uma grande rede junto a gestores, técnicos, professores, alunos e pais que se apóiam e caminham buscando a sustentabilidade da estratégia nas escolas, nos estados e nos municípios. A fase atual busca a sustentabilidade nos estados e municípios, focalizando sua atuação naquilo que é essencial para o seu sucesso, propiciando às equipes estaduais e municipais que desenvolvam autonomamente as ações de implantação, monitoramento, implementação e avaliação, sem perder o foco na qualidade.

2.2 As políticas públicas direcionadas ao Programa Escola Ativa.

As classes multisseriadas pela forma como funcionam, muitas sem estrutura física e professores sem qualificação adequada, nos faz repensar na escola e suas atividades. Neste sentido, o Programa apresenta-se como uma alternativa na construção de uma metodologia de ensino direcionada para as escolas de campo.

É importante considerar que a classe multisseriada para a qual se destina o Programa Escola Ativa deve ser vista, dentro de uma política de educação específica para os povos do campo, dada a baixa densidade demográfica das áreas rurais que dificulta a organização das salas com separação etária e seriada, mas como uma forma desejável de convivência entre alunos e professores com diferentes etapas de aprendizagem escolar para a formação do contexto necessário às atividades de aprendizagem escolar.

O Programa Escola Ativa é baseado nas concepções apresentadas pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução CNE/CEB nº 1 de 03 de abril de 2002 e também pelas Diretrizes Complementares Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento à Educação Básica do Campo – Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008 (Projeto Base, 2008).

Sobre as leis que regem sobre educação pública, cabe, salientar, referência à definição das responsabilidades do poder público no respeito à organização dos sistemas de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 9.394/1996 estabelece, em seu artigo 9º, inciso iii, que:

A União incumbir-se-á de prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva. A organização da educação nacional é dada pelo Título iv da LDB, em seu artigo 8º, define que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

Ainda de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o atendimento escolar no campo é referenciado no artigo 28, segundo o qual para a oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente no que se refere a: I - conteúdos curriculares e

metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos educandos da zona rural; ii – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e iii - adequação à natureza do trabalho na zona rural (Projeto Base, 2008).

Na normatização da oferta de ensino no campo, há ainda que ser considerado o que estabelece a Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Este documento define em seu artigo 2º a identidade da escola do campo, conforme segue.

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Para efeito de adoção de propostas pedagógicas diferenciadas, em cumprimento ao que postula a Educação do Campo, isto é, no atendimento educacional diferenciado a suas populações, as Diretrizes Operacionais estabelecem em seu artigo 5º que “as propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia (Projeto Base, 2008).

As propostas pedagógicas capazes de valorizar a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, bem como os avanços científicos e tecnológicos em sua organização do ensino. Todas estas questões são relacionadas a partir de princípios éticos de solidariedade e colaboração que norteiam a convivência em sociedades democráticas. Estas questões estão relacionadas no artigo 13 das Diretrizes, em seu inciso ii.

Outro importante documento na construção de uma política de Educação do Campo é a Resolução nº 2, de 28 de abril 2008 que estabelece Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo.

Este documento traz indicações detalhadas em relação à organização da oferta de ensino para as diferentes etapas da educação básica no campo. Assim,

com relação ao atendimento escolar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental as Diretrizes Complementares indicam, em seu artigo 3º, que a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.

Como forma de promover a expansão da oferta de educação infantil no campo de modo a atender os direitos estabelecidos na legislação educacional, as Diretrizes Complementares, no parágrafo segundo do artigo terceiro, afirmam que “em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental” (Projeto Base, 2008).

Ainda um importante aspecto da educação oferecida no campo, a nucleação de escolas para oferta dos anos finais do ensino fundamental, o artigo 4º das Diretrizes Complementares se pronuncia com a definição que segue.

Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos educandos na menor distância a ser percorrida.

Como forma de assegurar a qualidade da educação ministrada em classes organizadas sob a forma de multisseriação, as Diretrizes Complementares em seu artigo 10, parágrafo segundo, definem que “as escolas multisseriadas, para atingirem o padrão de qualidade definido em nível nacional, necessitam de educadores com formação pedagógica, inicial e continuada, instalações físicas e equipamentos adequados, materiais didáticos apropriados e supervisão pedagógica permanente”.

Contudo a legislação educacional brasileira apresenta uma ampla base legal para a instituição de políticas diferenciadas para o atendimento escolar das pessoas que vivem no campo. É importante considerar a referência expressa na legislação sobre a possibilidade de adoção de diferentes formas de organização escolar. Neste sentido, as classes multisseriadas, forma mais característica da oferta de ensino no meio rural brasileiro, são amplamente respaldadas no que definem tanto a legislação educacional quanto as normas publicadas pelo Conselho Nacional de Educação no que se refere à Educação do Campo (Projeto Base, 2008).

2.3 A formação continuada para os professores das escolas de campo

O Programa Escola Ativa tem o intuito da valorização profissional da educação escolar através da busca de condições adequadas de formação – em caráter inicial e continuado –, remuneração, acompanhamento pedagógico, possibilidades de intercâmbio e formas de aprendizagem em serviço, estudo da diversidade e dos processos de interação e de transformação do campo. Seu papel consiste em promover situações de envolvimento e compromisso dos estudantes com o estudo e ação sobre sua realidade e com a valorização dos povos do campo.

No entanto, é preciso enfatizar a necessidade não apenas de formação adequada para o educador, mas de condições de acompanhamento pedagógico por parte dos sistemas de ensino às escolas que adotam a organização multisseriada, bem como a adoção de material didático-pedagógico específico e elaboração de um projeto pedagógico que contemple a complexidade implicada nesta forma de organização escolar.

Importante destacar a necessidade da formação continuada do educador para atuar nas classes multisseriadas. Esta ação se faz necessária no intuito de auxiliar a ação pedagógica do educador com estratégias e vivências que favoreçam a aprendizagem, as atividades e decisões escolares.

Conforme As Diretrizes para Implantação e Implementação da Estratégia Metodológica Escola Ativa, (FUNDESCOLA, 2005) o monitoramento e o assessoramento pedagógico, realizados em estados, municípios e escolas, acontecem de forma permanente e continuada, visando à internalização e à sustentabilidade da estratégia pelas Secretarias de educação e à intervenção pedagógica coerente e simultânea para a melhoria das práticas observadas em sala de aula.

Essas ações fazem parte do componente Formação e Acompanhamento do Programa Escola Ativa e são de responsabilidade das Secretarias Estaduais e Municipais, por meio de:

- 1) Oficinas e cursos – realizados periodicamente, com professores e técnicos, visando ao aprofundamento teórico e prático da estratégia, de conteúdos diversos, de temas relacionados ao processo de ensino e aprendizagem e do assessoramento técnico;

- 2) Reunião técnica – momento para planejamento e avaliação da ação supervisora estadual e municipal;
- 3) Microcentro mensal ou bimensal – encontro sistemático de formação continuada organizado pelos professores e/ou técnicos estaduais ou municipais, para discussão de suas dificuldades e avanços, em um intercâmbio de experiências educativas, visando à melhoria da prática pedagógica e da supervisão, desenvolvendo assim uma atitude solidária, investigadora, criativa, dinâmica e ativa, no tripé ação/ reflexão/ ação. Geralmente com uma duração de oito horas;
- 4) Acompanhamento pedagógico às escolas – realizado sistematicamente pelo técnico estadual e municipal que, a partir da situação pedagógica encontrada na sala de aula, permite o surgimento de novas questões e com elas de intervenções e orientações necessárias ao professor, buscando a qualidade do processo de aprendizagem dos alunos, utilizando como estratégias a observação/intervenção/registro.

É importante ressaltar que as ações criam mecanismos que promovem a descentralização e a responsabilidade dos estados e municípios na formação continuada dos profissionais de sua rede.

Compete às Secretarias de Educação coordenar os processos de formação e a disponibilidade dos materiais, atentando para o fato de que não pode haver formação sem os materiais necessários e não se deve entregar materiais sem correspondente formação. Os materiais didáticos e instrucionais destinados os professores são instrumentos de apoio para articular a multiplicação dos processos pedagógicos desenvolvidos junto aos alunos.

A formação dos professores deverá ser planejada pelo estado ou município e deverá possuir os seguintes princípios para uma capacitação efetiva:

- 1) Definir módulos de formação continuada com temas como: Programa Escola Ativa, alfabetização, uso dos materiais do kit pedagógico, conteúdos dos guias de aprendizagem e das áreas do conhecimento;
- 2) Utilizar metodologias vivenciais semelhantes às que os professores utilizarão com seus alunos;
- 3) Identificar os processos da implantação do Programa Escola Ativa, detectar e discutir as dificuldades encontradas;

- 4) Propiciar aos professores visitas às escolas que já possuem a estratégia metodológica implantada e que já vêm desenvolvendo a estratégia há algum tempo;
- 5) Providenciar materiais de consumo, instrucionais e informativos durante a capacitação. Os materiais facilitam a multiplicação dos processos, a interação entre os professores, a aplicação durante as aulas e junto à comunidade;
- 6) Enfatizar o “aprender a aplicar” as estratégias que levem a melhorar as práticas pedagógicas em sala de aula (combinação entre a teoria e a prática);
- 7) Orientar a introdução seqüencial e gradual dos elementos do PEA em sala de aula;
- 8) Assegurar a interação e o intercâmbio de experiências entre os professores e iniciar uma rede horizontal de participação no planejamento de microcentros, círculos de estudo ou em oficinas pedagógicas, a partir de dificuldades detectadas, ou em temas de interesse dos docentes.

Esta metodologia propicia a identificação de formadores ou até mesmo de agentes de apoio pedagógico. Para que as ações relacionadas ao monitoramento e assessoramento pedagógico sejam realizadas, faz-se necessário que o órgão gestor assegure ao técnico estadual ou municipal condições para que este chegue às escolas, viabilizando transporte e ajuda de custo para que ele realize suas atividades pedagógicas, que são:

- 1) Monitoramento das ações de implantação e implementação, para garantir a internalização e a sustentabilidade da estratégia pelo sistema;
- 2) Apoio na organização e na realização de encontros para a troca de experiências entre as Secretarias;
- 3) Planejamento e execução de microcentros para a formação dos professores, com vistas à melhoria das ações de implementação da estratégia;
- 4) Participação em reuniões com o Coordenador Estadual da Escola Ativa, para relatos sobre a implementação da estratégia.

O monitoramento e o assessoramento pedagógico, como instrumentos de formação, inovação e mudança, situam-se na escola como processo de desenvolvimento e de (re) qualificação.

2.4 Contribuições do Programa Escola Ativa para melhoria das escolas de campo com classes multisseriadas.

A gestão democrática do ensino público corresponde à participação da comunidade na elaboração do projeto pedagógico da escola, na definição de prioridades e na organização de tarefas administrativas e gestão dos recursos da própria unidade escolar, como também ao cuidado com o patrimônio da escola. Para o Programa Escola Ativa, a gestão democrática encontra-se concretizada no elemento curricular Colegiado Estudantil e nos outros instrumentos de participação que chamam os estudantes para assumir responsabilidades ante a escola e a comunidade, valorizando a experiência extra-escolar, as formas de trabalho e sobrevivência e relação com o meio ambiente que respondem, juntos, pela grande diversidade das populações do campo.

No Programa Escola Ativa, a valorização da experiência extra-escolar aponta para a organização interdisciplinar dos conteúdos e da relação que se busca estabelecer entre o conhecimento que os estudantes trazem de suas experiências comunitárias e dos conteúdos da aprendizagem escolar. Devido à peculiaridade do trabalho com multissérie. O Programa Escola Ativa procura apoiar o educador ao lidar com diferentes graus de desenvolvimento mental e ritmo de aprendizagem, oferecendo recursos para uma maior diversidade de atividades, com trabalhos individuais e coletivos (Projeto Base, 2008).

O Programa busca atender às exigências do Ensino Fundamental de nove anos, que resulta da compreensão de que o desenvolvimento integral da criança se beneficia mais dos estímulos quanto mais cedo estes forem apresentados pela escola.

Ainda assim, a escola desempenha um papel de destaque na tarefa de possibilitar o acesso ao conhecimento e de ensinar a importância de pensar o campo como parte da unidade entre campo e cidade que constitui o nosso país.

O Programa Escola Ativa visa garantir aos alunos pertencentes às escolas do campo de classes multisseriadas um ensino de qualidade, capaz de promover a permanência e o sucesso escolar, bem como atender às necessidades da sociedade.

No Tocantins as escolas já trabalham na forma da gestão democrática enfatizando a necessidade da participação da comunidade no processo escolar. A escola procura aprofundar sua inserção na comunidade da qual faz parte por meio de atividades curriculares relacionadas à vida diária, ao ambiente natural e social, à vida política e cultural e às condições materiais dos educandos e da comunidade.

3. A GESTÃO DO PROGRAMA ESCOLA ATIVA NO ESTADO DO TOCANTINS

O tema abordado deste trabalho é a Gestão do Programa Escola Ativa no Estado do Tocantins. Foi realizada uma pesquisa, com uso de questionário através de entrevista junto a Secretaria de Educação Estadual do Estado do Tocantins, com a Coordenadora da Gerência de Educação do Campo a Senhora Maria Aparecida da Silva Martins. Antes da aplicação do questionário foi apresentado o tema, o objetivo da pesquisa e da sua importância para o campo da educação.

O questionário apresentado à Coordenadora da Secretaria Estadual de Educação trabalhou questões que buscam conhecer a atuação do Programa Escola Ativa no Estado do Tocantins, com questões já definidas antes da entrevista, referente à situação das escolas e alunos inseridos ou não no Programa que propõe uma metodologia voltada para a forma de gestão das classes multisseriadas do Tocantins, que combina uma série de elementos de caráter sócio-pedagógico e administrativo, buscando aumentar a qualidade da educação oferecida nas escolas situadas na zona rural.

Os dados coletados apresentam predominância descritiva. O material adquirido com a pesquisa traz o número de escolas, turmas e alunos que fazem parte do Programa Escola Ativa, e traz também os mesmos dados das escolas que ainda não aderiram ao Programa. Quanto às informações sobre a formação continuada dos professores a Secretaria de Educação informou que são realizadas conforme a metodologia do Programa, descritas também neste trabalho. E finalmente quanto à melhoria da qualidade da educação são extremamente relevantes, também no que diz respeito ao desempenho dos alunos que houve uma melhora significativa, na estrutura física da escola e na formação continuada.

A finalidade da aplicação do questionário foi o de identificar, junto a Secretaria de Educação Estadual, as contribuições do Programa Escola Ativa para a educação tocantinense, como práticas pedagógicas e formas de expressão com maior capacidade de sensibilizá-los para os problemas acerca da educação destinadas as escolas de campo com classes multisseriadas.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizado o levantamento bibliográfico, a fim de auxiliar na construção da fundamentação teórica com

investigação na análise documental e pesquisa realizada junto a Secretaria de Educação Estadual do Tocantins, em sites de pesquisa e livros didáticos.

3.1 Diagnóstico das escolas de campo com classes multisseriadas no Estado do Tocantins

No Estado do Tocantins o Programa Escola Ativa foi implantado em 1999 em 25 escolas da ZAP I (Zona de Atendimento Prioritário I), onde 10 (dez) municípios formaram o pólo de Palmas. No ano seguinte, 2000, foi expandido para o número de 81 (oitenta e uma) escolas em 17 (dezessete) municípios que integram a ZAP II (formando o pólo de Araguaína). Já em 2001 o programa expandiu-se para o número de escolas atendidas para 163 (cento e sessenta e três) escolas.

O Programa FUNDESCOLA subsidiou o Programa Escola Ativa nas ZAP's I e II fornecendo os Kits pedagógicos, Cadernos de Aprendizagens, capacitações para os professores, além de um supervisor para acompanhar a implementação e desenvolvimento do Programa. Em 2001 o Programa foi expandido na modalidade autônoma para 44 (quarenta e quatro) escolas da Rede Municipal.

Atualmente o Programa Escola Ativa atende a 84 (oitenta e quatro) municípios em 381 (trezentos e oitenta e uma) escolas totalizando 3.606 alunos do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano e em 14 escolas da Rede Estadual de Ensino, distribuídas em 07 (sete) Diretorias Regionais de Ensino. O Programa Escola Ativa está regulamentado pela normativa nº 054/2007 do Conselho Estadual de Educação - CEE/TO de 19 de Abril de 2007. Os municípios que não fazem parte do Programa Escola Ativa constituem em 55 (cinquenta e cinco) municípios que ainda não aderiram ao programa, somando-se 182 (cento e oitenta e duas) escolas e 1.543 alunos não estão inseridos no programa.

Os motivos que inviabilizam os municípios a não adesão ao Programa Escola Ativa, conforme informação da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins é de não atenderem as exigências do Programa Escola Ativa, ou muitas das vezes não ter interesse de participar do mesmo.

Conforme As Diretrizes para Implantação e Implementação da Estratégia Metodológica Escola Ativa, (FUNDESCOLA, 2005) os estados ou municípios devem seguir as exigências para adesão ao Programa, que são:

- 1) Possuir classes multisseriadas;
- 2) Assinar o Acordo de Cooperação e Apoio Técnico entre a DIPRO/FNDE/MEC, estados e municípios;

- 3) Monitorar os processos de implantação e implementação, por meio de uma supervisão pedagógica sistemática;
- 4) Dotar as escolas de condições mínimas de funcionamento;
- 5) Prover as escolas de materiais didáticos e de kits pedagógicos.

Além das condições acima, o estado e os municípios devem seguir processos para a implantação e implementação da Escola Ativa que obedecem as seguintes etapas:

- 1) Solicitar informações técnicas sobre a Escola Ativa ao órgão gestor central, para decidir sobre a implantação ou não da estratégia metodológica;
- 2) Demonstrar intenção e condições de implantar com qualidade a estratégia metodológica Escola Ativa e solicitar, por meio de comunicação formal ao órgão gestor central, a sua implantação;
- 3) Assinar o Acordo de Cooperação entre estados/municípios/DIPRO/FNDE/MEC;
- 4) Selecionar escolas que implantarão a estratégia metodológica Escola Ativa;
- 5) Adequar as escolas com condições mínimas de funcionamento;
- 6) Selecionar técnicos estaduais e/ou municipais com formação adequada para prestarem assessoramento pedagógico aos professores;
- 7) Capacitar técnicos e professores na estratégia metodológica Escola Ativa;
- 8) Solicitar os Guias de Aprendizagem ao órgão gestor central;
- 9) Implantar a estratégia metodológica Escola Ativa nas escolas;
- 10) Acompanhar, monitorar e avaliar a implantação;
- 11) Promover reuniões e encontros para a formação continuada de técnicos e professores de sua rede;
- 12) Institucionalizar a estratégia metodológica Escola Ativa junto aos conselhos de educação;
- 13) Avaliar institucionalmente a implementação da Escola Ativa.

De acordo com os critérios estabelecidos pelo FUNDESCOLA para disseminação do Programa Escola Ativa, são da responsabilidade de cada gestor:

- 1) DIPRO/FNDE/MEC
 - a) Definir políticas e estratégias para a implantação e a implementação da estratégia metodológica do Programa Escola Ativa em âmbito nacional;

- b) Prestar assessoramento técnico às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação durante os processos de implantação e implementação da estratégia metodológica do Programa Escola Ativa;
- c) Disponibilizar material instrucional, para técnicos e professores, que propiciem a formação inicial da estratégia metodológica do Programa Escola Ativa no estado ou no município;
- d) Disponibilizar Guias de Aprendizagem de 1^a a 4^a séries aos alunos das escolas beneficiadas com o Programa;
- e) Acompanhar, por meio de avaliação externa, o impacto da implantação do Programa no desempenho dos alunos (índices de promoção, diminuição do índice de evasão e de distorção idade-série) e na formação dos professores das classes multisseriadas que adotaram a estratégia.

2) Secretaria Estadual de Educação

- a) Coordenar e monitorar, em âmbito estadual, o processo de implantação e implementação da estratégia metodológica Escola Ativa;
- b) Garantir as condições básicas de infra-estrutura para o funcionamento da coordenação estadual do Programa Escola Ativa, para a realização do monitoramento e assessoramento técnico indispensáveis ao bom andamento da implementação da estratégia metodológica do Programa no Estado;
- c) Promover e viabilizar encontros, palestras e seminários, com vistas à análise, à discussão e à avaliação do desenvolvimento dos trabalhos;
- d) Viabilizar a distribuição dos Guias de Aprendizagem e de outros materiais instrucionais destinados às ações de implantação e implementação da estratégia metodológica do Programa;
- e) Elaborar o plano de trabalho anual, em consonância com as Normas e Diretrizes da DIPRO/FNDE/MEC, com vistas à celebração e à execução de convênio(s) destinado(s) à formação inicial e continuada dos professores e técnicos estaduais ou municipais;
- f) Coordenar a execução dos eventos de formação inicial e continuada promovidos pelo DIPRO/FNDE/MEC, no âmbito do estado e dos municípios;
- g) Garantir condições para o deslocamento dos técnicos estaduais às escolas que adotaram o Programa Escola Ativa;
- h) Prestar assessoramento técnico-pedagógico às Secretarias Municipais;

- i) Regularizar, junto ao Conselho de Educação pertinente, a situação das escolas beneficiadas com o Programa Escola Ativa.
- 3) Município
- a) Assegurar, com recursos próprios, a participação de 02 (dois) técnicos os eventos de formação inicial da estratégia metodológica do Programa em encontros pedagógicos promovidos pelo estado;
 - b) Responsabilizar-se pela formação inicial e continuada de seus professores;
 - c) Dotar as escolas de infra-estrutura física adequada ao desenvolvimento das atividades inerentes à implantação e à implementação da estratégia metodológica do Programa;
 - d) Garantir que os professores capacitados na estratégia metodológica Escola Ativa permaneçam na escola;
 - e) Designar e manter um técnico da Secretaria Municipal de Educação, capacitado na estratégia metodológica do Programa, para realizar o assessoramento pedagógico junto às escolas;
 - f) Regularizar, junto ao Conselho de Educação pertinente, a situação das escolas beneficiadas com estratégia metodológica do Programa;
 - g) Suprir as escolas selecionadas com mobiliário, kit pedagógico, material escolar básico (cadernos, lápis, borracha, apontador), bem como com material de consumo necessário ao pleno desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas relativas à estratégia;
 - h) Distribuir, em tempo hábil, os Guias de Aprendizagem, bem como acompanhar sua utilização junto aos professores e alunos;
 - i) Viabilizar o deslocamento dos técnicos municipais ou da Coordenação Estadual às Escolas Ativas, de forma a garantir orientação e acompanhamento aos professores;
 - j) Garantir o deslocamento e a participação dos supervisores e professores municipais nos momentos destinados à formação continuada (encontros, palestras, seminários, capacitação e microcentro).

Cabe à Secretaria Estadual designar um técnico habilitado na área pedagógica para acompanhar as ações de implantação e implementação da estratégia Escola Ativa no estado. Este técnico é chamado de Coordenador Estadual. São responsabilidades do Coordenador Estadual da Escola Ativa:

- 1) Divulgar o programa junto às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação;
- 2) Planejar e executar cursos e oficinas a partir das dificuldades detectadas na ação de monitoramento;
- 3) Realizar reuniões com técnicos municipais ou estaduais e com formadores, para acompanhamento e monitoramento do programa;
- 4) Elaborar, organizar e prestar orientações aos técnicos estaduais e municipais na aplicação, correção e sistematização dos instrumentos de avaliação da aprendizagem dos alunos das Escolas Ativas.
- 5) Elaborar e organizar os instrumentos estaduais de monitoramento (relatórios, planos de ação, dados estatísticos das escolas);
- 6) Prestar assessoria técnica e pedagógica ao município, objetivando a qualidade e a sustentabilidade da Escola Ativa.

Durante a implantação e, posteriormente, implementação da estratégia metodológica Escola Ativa, existem responsabilidades dos atores que atuam diretamente na escola – técnico, professor e aluno. Sua atuação determinará o sucesso no desenvolvimento dos trabalhos. Por isso, definimos a seguir uma matriz de responsabilidades e as ações a serem realizadas por cada um.

Ainda conforme As Diretrizes para Implantação e Implementação da Estratégia Metodológica Escola Ativa, (FUNDESCOLA, 2005) que refere-se ao gasto financeiro para implantação do Programa Escola Ativa é considerado financeiramente viável para os municípios e estados. Não existe um custo padrão para implantá-lo, pois este varia conforme a situação do estado, do município ou de cada escola. Os custos para a implantação da Escola Ativa incidem sobre:

- 1) Adequação do ambiente escolar;
- 2) Material didático;
- 3) Monitoramento e assessoramento pedagógico;
- 4) Formação continuada.

A adequação da sala de aula precede a implantação do Programa Escola Ativa. Esta adequação se dá a partir do momento em que o estado ou o município adapta os prédios escolares, garantindo condições mínimas de funcionamento e segurança aos alunos e professores, e provê carteiras individuais às escolas. A adaptação é realizada também no momento em que o professor, junto aos alunos,

organiza os grupos de estudo (por série), incorpora recursos didáticos à aula e envolve a comunidade nessa organização.

Neste momento, os cantinhos são montados e necessitam de materiais de experimentação. Os materiais compõem o kit pedagógico e são listados a partir dos conteúdos contemplados nos Guias de Aprendizagem.

Estes materiais deverão ser adquiridos pelas Secretarias de Educação que implantarem o Programa Escola Ativa.

É responsabilidade do Governo Federal prover livros para todos os alunos da educação básica. Ao FNDE/DIPRO/MEC caberá a disponibilização dos Guias de Aprendizagem, da coleção de alfabetização para todas as escolas e dos materiais instrucionais para a formação de técnicos e professores do Programa Escola Ativa.

A partir do exposto, o custo para a implantação varia em função do estágio em que se encontra a Secretaria Estadual ou Municipal em relação aos demais itens se já possuir a estrutura necessária de monitoramento e assessoramento pedagógico, de formação e de provimento de material didático, o custo adicional para implantar o Programa Escola Ativa passa a ser quase zero; se não, será necessário um investimento nesses itens, pois nenhuma proposta pedagógica subsiste sem condições efetivas para sua implementação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa Escola Ativa foi criado para auxiliar o trabalho educativo com classes multisseriadas que propõe reconhecer e valorizar todas as formas de organização social, características do meio rural brasileiro, garantindo a igualdade de condições para acesso e permanência na escola. (Projeto Base, 2008).

O Programa Escola Ativa desenvolve uma metodologia em escolas que possuem classes multisseriadas. Por isso que, a preocupação de direcionar, essa política com marcas no sentido de oferecer condições de infraestrutura, financeira, política e pedagógica para minimizar as dificuldades que as escolas do campo apresentam. (Projeto Base, 2008).

O Programa Escola Ativa propõe a tarefa de aprofundar e propiciar melhores condições para o desenvolvimento da escola do campo e para o fortalecimento da experiência escolar, estimulando a conquista das coletividades e o compromisso com a vida escolar, com a comunidade e com o país. (Projeto Base, 2008).

Elaborar e efetivar políticas e práticas educacionais envolvendo o poder público, a sociedade e movimentos sociais do campo se faz necessário com o intuito de buscar melhorias na educação.

O maior desafio do Programa Escola Ativa é garantir seu sucesso, e para isso é necessário o envolvimento e comprometimento em todos os níveis sociais - Secretarias de Educação, Professores, alunos e pais - para que num esforço conjunto dêem sustentabilidade à proposta.

No Tocantins percebeu-se que o Programa Escola Ativa ainda não atende todos os municípios devido aos mesmos não suprirem as exigências do Programa. O propósito é contribuir e ajudar, os municípios, nas suas deficiências para que possam o mais breve possível fazer parte deste Programa, considerado de grande relevância para a área educacional do campo.

Quanto às escolas que já fazem parte do Programa Escola Ativa, conforme a Secretaria de Educação Estadual estão se desenvolvendo satisfatoriamente e alcançando os objetivos propostos pelo Programa. Ainda há muito a se fazer pela educação do nosso Estado, deve-se divulgar o Programa Escola Ativa, visitar escolas, e conhecer os problemas enfrentados por elas a assim propor um maior engajamento de toda a sociedade, e principalmente do Poder Público, no intuito de

contribuir para a melhoria da educação. No momento em que todos estão direcionados e preocupados com a educação daqueles que vivem nas cidades, que possuem grande facilidade de acesso a educação, devemos direcionar nossos olhares àqueles que ficam aquém nas áreas rurais, que necessita de um ônibus escolar, de uma carona, ou mesmo que para chegar a sua escola percorram longos trajetos. Por isso, necessita de uma motivação maior para dar continuidade a educação tão difícil na zona rural.

5.0 CONCLUSÃO

O Programa Escola Ativa busca melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo. Entre as principais estratégias estão: implantar nas escolas recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitar professores.

Os objetivos que são propostos pelo Programa buscam apoiar os sistemas estaduais e municipais de ensino na melhoria da educação nas escolas do campo com classes multisseriadas, fornecendo diversos recursos pedagógicos e de gestão; desenvolver propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas; realizar formação continuada para os educadores envolvidos no Programa em propostas pedagógicas e princípios políticos pedagógicos voltados às especificidades do campo; Fornecer e publicar materiais pedagógicos que sejam apropriados para o desenvolvimento do Programa.

As escolas do campo que possuem classes multisseriadas nas séries iniciais do primeiro ao quinto ano devem apresentar condições mínimas de funcionamento e ter uma equipe técnica estadual e municipal para acompanhar a implantação e implementação do Programa Escola Ativa.

Contudo apresentado a educação do campo precisa ser considerada como política de inclusão educacional e social, uma vez que alunos e professores tem direito a educação pública e de qualidade. Por esse motivo as escolas multisseriadas precisam de apoio institucional, político e financeiro para que possam oferecer uma educação de qualidade no próprio espaço de vivência dos sujeitos envolvidos com o sistema educacional.

Por fim, acredita-se que essa investigação ainda necessita de aprofundamentos e de estudos, pois a busca pela qualidade da educação deve ser contínua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Brasília: SECAD/MEC, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes para Implantação e Implementação da Estratégia Metodológica Escola Ativa**. Brasília: FUNDESCOLA, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. HENRIQUES, R. et al (Org.). **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Cadernos SECAD 2. Brasília: SECAD/MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Projeto Base**. Brasília: SECAD/MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Programa Escola Ativa. Orientações pedagógicas para a formação de educadoras e educadores**. Brasília: SECAD/MEC, 2009.

FUNDESCOLA. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Guia para a formação de professores da Escola Ativa**. Brasília: MEC, 2005.

ANEXOS

Questionário destinado a Coordenadora da Gerência de Campo

Objetivo: Conhecer o Programa Escola Ativa

- 1) Quando foi implantado o programa?
- 2) Qual a situação das escolas antes do programa?
- 3) E atualmente como esta?
- 4) Quantas escolas, distribuição das series e números de alunos?
- 5) Qual o perfil das escolas?
- 6) Quais as melhorias das escolas? Na infraestrutura?
- 7) Houve formação continuada?
- 8) Fale sobre a normativa 054/2007 CEE/TO
- 9) O Estado apresentou alguma política publica para contribuir ao programa?
- 10)A gestão democrática acontece nessas escolas, a comunidade participa?
- 11)Qual a metodologia de gestão utilizada no estado?
- 12)Quem faz a gestão no estado?
- 13)Quais as metas do Estado para o Programa?
- 14)Existem escolas que não foram atendidas?